

Há corrupção na educação? Relatos daqueles que vivem essa realidade no chão da escola pública brasileira

BOCCHI, Roberta Maria Bueno¹

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este artigo foi escrito tendo como base seu embrião, que nasceu em forma de livro, tendo sido batizado como: **HÁ CORRUPÇÃO NA EDUCAÇÃO? Relatos daqueles que vivem essa realidade no chão da Escola Pública brasileira**².

A obra foi o resultado de minha pesquisa de doutorado realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP – Programa Currículo – área Políticas Públicas - onde investiguei o financiamento público das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo.

A coragem em publicá-lo veio no momento em que encontrei uma nova ciência, intitulada de Neurociência, que aplicada à Educação me mostrou o quanto era importante chamar a atenção para o tema aqui abordado. Ao entender o funcionamento do cérebro humano, compreendi a importância da insistência do discurso pontual, aberto e robusto sobre um tema precioso: a corrupção.

Sou uma Agente Pública - Supervisora de Ensino da Rede Estadual de São Paulo – produto e fruto da Escola Pública. É nela que me formei, é a partir dela que me lancei no mundo, é para ela que retornei e é para ela minha luta.

Falar de financiamento público não é tarefa fácil, escrever é menos ainda. Trata-se de um tema árido, porém, de extrema necessidade no atual cenário brasileiro, marcado por disputas de poder, tendências capitalistas, populismos exacerbados e corrupção. Este último, como um fantasma de corrói vários espaços da área pública é aqui abordado, com uma escrita simples e direta, convidando o leitor a um mergulho no obscuro universo financeiro escolar, contado por aqueles que o vivem diariamente no chão da Escola Pública Brasileira.

O que falar sobre a corrupção? A decisão de investigá-la implica uma série de desafios que podem colocar em risco a saúde física e mental daquele que investiga. Há relatos pelo Brasil e pelo mundo de ativistas da área que são perseguidos, agredidos das mais variadas formas, ou até, eliminados. As ações de repressão são geralmente silenciosas e encobertas pelo poder corrupto, que se esconde na ideia de impunidade e capacidade financeira. A população, na maior parte do tempo alheia ao movimento e sem informação correta sobre a questão, tem sua atuação inibida ou desviada e como consequência, não ocorre uma comoção popular capaz de pressionar por ações concretas de combate à corrupção.

O desconhecimento da população em relação ao tema Financiamento Educacional e sua relação com a corrupção não ocorre por acaso, ele é provocado pelo caos instituído nos diversos cantos do mundo. Quando uma pessoa não tem a garantia de seus direitos básicos, como comida, abrigo, segurança e saúde, não há espaço para pensar em questões mais amplas, mesmo que sejam a raiz de seu sofrimento, mesmo assim, devido ao martírio humano vivido, não enxerga mais nada além de sua sobrevivência imediata. Infelizmente é essa a realidade de uma parcela grande da população mundial.

¹ Doutora em Educação – PUC/SP, Neuropedagoga e Supervisora de Ensino efetiva da Rede Estadual de Educação Pública do Estado de São Paulo.

E-mail: robertabocchi66@gmail.com

² Acesso em: <https://www.robertabocchi.com.br/livro-ha-corrupcao-na-educacao/>

Em 2018 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou o Índice de Pobreza Multidimensional³ que somou 1,3 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo. Em contraste a essa realidade, segundo estudos de Dowbor (2017), a parcela dos mais ricos do mundo soma a quantia de “33 milhões, o equivalente a 0,7% do total de adultos do Planeta”. (DOWBOR, 2017, p.27)

A corrupção instaurada nas mais diversas Instituições públicas rouba dinheiro dos mais pobres em dois momentos cruciais, quando lhes tira o direito básico da vida e quando não lhe dá tempo para refletir sobre sua condição humana.

Dentro dessa realidade desigual, cruel e alienadora, parece que a verba pública voltada à Educação está primeiramente para a manutenção de um tipo de poder, para só depois, pensar em projetos para o aluno, dando-lhe a oportunidade de pensar no seu próprio futuro. Entender o mecanismo financeiro da esfera educacional e os possíveis meandros da corrupção é caminho de sucesso para a reversão dessa lógica capaz de impedir o sonho daqueles que inevitavelmente serão o futuro de nosso País.

Cabe a você decidir em qual futuro apostar!

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	01
ÍNDICE.....	02
INTRODUÇÃO.....	02
DESENVOLVIMENTO.....	03
CONCLUSÃO	18
BIBLIOGRAFIA.....	19

INTRODUÇÃO

Há corrupção na Educação Pública Brasileira?

Você já se fez esta pergunta? Sabe a resposta? Pode contar algo que presenciou ou ouviu sobre este questionamento? Provavelmente você se mostrou curioso e/ou afirmativo por algumas destas questões, ou até, em mais de uma. Só espero que você não tenha ficado tão preocupado a ponto de querer fugir. Calma, só você está lendo estas palavras, continue!

Na verdade, conto agora, *somente a você*, que sim, há corrupção na Educação Pública Brasileira. Mesmo havendo fiscalização de gastos, com a obrigatoriedade de prestações de contas oficiais, sujeitas a aprovação ou não de órgãos centrais que apenas conferem papéis oficiais juntados em uma determinada ordem, há uma rede invisível instituída que suga o orçamento público e se favorece dele.

Há uma cultura estabelecida de apropriação privada dos recursos públicos arraigada no país. A invisibilidade desta rede de corrupção se instala e se fortalece na atitude de consentimento dos envolvidos, mesmo não concordando inteiramente. Fazem-se de cegos, suspeitam ou até mesmo presenciam, mas com a cultura do *abafa*, deixam-se vencer. Quem vê não denuncia; quem ouve, faz-se de surdo; quem fala, desmente depois. O medo mescla-se à covardia e vence o mais forte.

É preciso urgentemente derrubar essa cultura instituída, lutar pela ética financeira, enfrentar esses abismos sem se deixar cair. É para o surgimento e encorajamento desse sujeito

³ Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>

que as palavras escritas neste artigo se fortalecem, em quem a escritora se espelha e se põe numa marcha investigativa; que se espera, nutra-se.

Nas linhas seguintes, você leitor poderá acompanhar o depoimento de um grupo de gestores e professores da Escola Pública brasileira que encontraram na escuta atenta da pesquisadora, um canal para o precioso desabafo, frente a agonia de ter que diariamente conviver com uma escola mergulhada no amadorismo financeiro e por isso, entregue ao fantasma da corrupção.

Esse fantasma é aqui revelado, descoberto por completo e entregue a *você*.
Vem comigo!

DESENVOLVIMENTO

A engenharia do desvio de recursos públicos cria instrumentos para dar à corrupção aspectos de legitimidade. No cotidiano da administração, mesmo um olhar externo mais atento pode ter dificuldade em perceber irregularidades contidas em coisas aparentemente banais [...] (AMARRIBO, 2003, p. 39)

É hora de ouvir os sujeitos, gestores escolares. E essa escuta atenta ocorreu através de um procedimento técnico para coleta de dados intitulado grupo focal⁴.

As 14h45min os participantes começaram a chegar. Teve início a uma apresentação informal do espaço físico, com um passeio pelo local, seguida da acolhida com o café e apresentação dos membros do grupo. Após este momento, todos foram convidados a comporem a mesa livremente, só então foi questionado se a pesquisadora poderia gravar o encontro e todos concordaram.

O grupo focal teve início com o cuidado constante de acolher os participantes de uma forma simples, segura e amiga, garantindo a credibilidade, lealdade e compromisso com a verdade, sem medo de possíveis censuras ou punições.

Cada participante escolheu uma bolinha de snooker não numerada, mas atentando à cor que o identificaria perante os demais membros da equipe ao responder a questões que seguem:

Primeira questão (escolhida pela Bolinha Amarela) - *Compras escolares, obrigações bancárias, compromissos financeiros e ainda tem a escola.... Como administrar tudo isso?*

Apesar de o foco da questão não estar voltado à importância da participação popular, a ausência da comunidade escolar dentro da escola está presente na fala da Bolinha Amarela, demonstrando uma gestão financeira solitária, sobrecarregada e difícil de ser conduzida:

É muita coisa para fazer sozinho, porque os Conselhos, pelo menos na minha escola, é difícil de conseguir, você convoca, todo mundo esquiva, é muito difícil de ter todo mundo ali para ajudar você... Obrigações bancárias, é difícil convencer uma mãe pra entrar nessa APM.... Se o Diretor não for lá, não pegar o orçamento ninguém faz nada, se não correr atrás não sai mesmo. (BOLINHA AMARELA)

Fica evidente nesta fala, que o Diretor acaba gerindo sozinho as compras escolares e obrigações financeiras, embora legalmente, sem a assinatura dos membros da Associação de Pais e Mestres (APM) isso não possa ocorrer. Esta afirmação demonstra a fragilidade desses Conselhos e Associações Escolares com o financiamento educacional. Eles são chamados

⁴ É uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador.

apenas para assinar cheques de compras já decididas pela Direção da escola, ou até, de serviços já executados.

Essa função, chamada por Ednir e Bassi (2009) apenas de “formalidade legal dos Conselhos Escolares”, acaba afastando a comunidade da escola por não se sentirem de fato participantes do processo educacional ou não desejarem isso. De certa forma, sentem-se usados pela Direção da escola, que ao mesmo tempo em que os afasta com essa formalidade, reclama sua ausência.

Mais à frente, ainda sobre a mesma questão:

Eu penso que sozinha não dá para ser feito mesmo, se não tiver alguém responsável para olhar esta verba, o Diretor faz besteira, faz besteira não por falta de conhecimento, mas por poder olhar com carinho aquela situação. (BOLINHA BRANCA)

A fragilidade financeira aqui fica ainda mais evidente, quando há o reconhecimento do mau uso da verba pública por um Diretor que trabalhe sozinho.

Ainda sobre a mesma questão, o parecer da Bolinha Verde:

Você tem um tempo muito rápido para gastar, para prestar contas, a pressa é de gastar, a minha vontade, às vezes, é de devolver o dinheiro, só não devolvo porque eu acho uma sacanagem.... Quem cuidou do dinheiro da escola, durante o tempo que eu estava lá foi a minha Vice, ela saiu e não me preparou, então é assim, estou totalmente perdida nessa coisa de dinheiro. (BOLINHA VERDE)

A Diretora reconhece pouco entender sobre a questão financeira e mesmo assim ter que dar conta em curto tempo da verba pública disponibilizada oficialmente para a sua escola.

Há ainda a questão de usar essa verba, apenas por não concordar em devolvê-la, visto que não há um planejamento para ela, indicando aqui indícios de desperdício financeiro e oneração orçamentária.

Segunda questão (escolhida pela Bolinha Vermelha)– *Uma política de financiamento público totalmente descentralizada é receita de sucesso educacional?*

Ao discutir a questão da descentralização financeira educacional, novamente é apontada a dificuldade em se ter a presença da comunidade dentro da escola, agora pela Bolinha Vermelha:

É assim: uma coisa é discutir na prática, outra coisa é discutir na teoria. Teoricamente, eu penso que sim. Uma gestão descentralizada é um orçamento descentralizado, é a participação da comunidade; mas e aí, como é que a gente consegue esta participação? Nós iremos gastar no quê? Para quê? Trazer mesmo essa turma para estar participando! Agora, por que a Educação é algo tão distante? Não consegue montar um Conselho. (BOLINHA VERMELHA)

Percebe-se que a presença da comunidade dentro da escola é entendida pelo grupo como um dos fatores que auxiliariam, significativamente, a gestão dos recursos públicos, porém, demonstram não saber como fazer essa aproximação.

Há ainda indícios de falta de clareza sobre a questão financeira, enquanto política pública educacional. Segundo estudos de Azanha (2004), o estabelecimento de ações governamentais direcionadas aos reais problemas da escola, deveriam partir de uma percepção coletiva escolar.

Essa falta de clareza sobre questão financeira é exemplificada nesta fala:

Esta parte financeira eu vejo como um bicho de sete cabeças dentro da escola, que eu acredito que ele atrapalha. O Diretor poderia fazer muito mais, estar próximo da comunidade, do colegiado em si, dentro da escola. (BOLINHA PRETA)

A Bolinha Preta deixa claro em sua fala que estaria disposta a abrir mão do financiamento educacional descentralizado por entender que a burocracia que o envolve é muito difícil e inconveniente de ser trabalhada.

A questão financeira educacional passa a ser um problema quando precisa ser resolvida com a comunidade para tomada de decisões, por ser uma ação governamental descentralizadora, pois os gestores, já acostumados a resolver tudo sozinhos, acabam enxergando a presença da comunidade como algo apenas técnico, não dando importância à presença desses sujeitos no processo. Como fica evidente na fala da Bolinha Verde:

E se você não fala é porque você está desviando verba, não é transparente, se você fala é... Como diz ele, você tem que ficar catando a laço para participar da APM. Falou então que tem que ir no banco abrir conta! (BOLINHA VERDE)

Contudo, a Bolinha Preta reconhece a importância de formar essa comunidade, para que no futuro ela venha a participar de fato das questões financeiras educacionais:

Uma coisa que eu ainda não pus em prática, mas que eu vejo por reflexo de fazer hoje pra colher daqui a anos, é um professor trabalhar no Ensino Médio essa questão: a questão financeira da escola, como funciona e porque funciona... Então se você trabalhasse com eles, talvez essa comunidade no futuro, no futuro, talvez terá uma visão diferente. Você vai trabalhar, é trabalho de formiguinha. Se você tiver um professor que trabalhe uma questão política mostrando, explicando de uma maneira correta, mostrando como funciona, esta questão de quando fala da compra das coisas, a participação da escola, a importância disso. Deveria ter um professor para mostrar isso. (BOLINHA PRETA)

Ao apontar esse caminho de formação financeira, a Bolinha Preta abre caminho para a fala da Bolinha Azul que reforça quanto é importante, na prática escolar, a presença da comunidade dentro da escola gerindo os recursos financeiros:

É diferente quando a comunidade é presente. Teve um ano que a gente conseguiu trazer os pais para ver o que gastar com a verba pública, foi tão legal que eles tiveram uma visão que a gente não tem, porque a gente não tem o costume de andar pela escola. (BOLINHA AZUL)

Esta fala relata a única experiência financeira de sucesso da comunidade dentro da escola, gerindo, em conjunto, a verba pública e demonstrando quanto o olhar dessa comunidade é mais focado nas reais necessidades da escola, se comparado ao olhar do gestor. Mas a Bolinha Branca deixa claro a falta de tempo para esta abertura:

Lidar com as obrigações financeiras dentro da escola é muito difícil, porque exige da gente um compromisso sério, e pra fazer você tem que ter tranquilidade e conhecimento, porque as prestações de contas, elas são muito minuciosas. Tem a lei que fecha quantidade, como você pode gastar, mas nós não temos tempo, como vamos falar isso para as famílias? (BOLINHA BRANCA)

Essas falas conflitantes do grupo, ora concluem que a presença da comunidade dentro da escola é importante, ora afirmam ser muito difícil essa conquista e por fim alegam que, na verdade, não há tempo para essa aproximação. A Bolinha Vermelha percebe que há um despreparo escolar para trabalhar com a questão financeira educacional e impulsiona o diálogo a seguir:

Essa parte administrativa é muito amadorismo por parte do Estado. Então... Geografia, História, Matemática e tudo, agora. (BOLINHA VERMELHA)

Exige um conhecimento de contabilidade que a gente não tem. (BOLINHA VERDE)

Tem nada, contrata um contador. (BOLINHA VERMELHA)

Não tem verba, não tem verba pra contratar um contador. (BOLINHA VERDE)

O Estado teria que contratar. (BOLINHA BRANCA)

O Estado, O Estado contrata. Concurso para contador. (BOLINHA VERDE)

Cada escola deveria ter um Diretor financeiro, formado em contabilidade. (BOLINHA AZUL)

É, é, é...(BOLINHA VERDE)

Em cada escola um contador, em cada escola um psicólogo, em cada escola um bibliotecário. Isso é Educação, isso é Educação. (BOLINHA VERMELHA)

Nesse momento o grupo reconhece seu despreparo para tratar as questões financeiras educacionais e a necessidade de ajuda especializada. O Governo Central parece delegar a seus profissionais graduados, em qualquer área do magistério, a função técnica de gestor financeiro.

Essa função técnica é adquirida, imediatamente, ao assumir o cargo de Diretor de Escola, mesmo que sem nenhum preparo prévio em questões que envolvam finanças públicas. O Estado atribui a este funcionário público o que Silva (2003) chama de “meros executores de papéis determinados pelo poder”, resultando na “ocultação e esquecimento do sujeito condutor do processo educacional escolar.” (SILVA, 2003, p. 51)

Ao esquecer o sujeito, entendido como ser histórico, crítico e reflexivo, corre-se o risco de contribuir para a manutenção da hegemonia ideológica imposta pelo Estado, em que a reflexão coletiva sobre as questões financeiras torna-se algo desnecessário e impossível de ser realizado no curto tempo imposto pelo poder dominante.

Essa condição imposta pelo Poder Público Central acaba criando uma situação propícia à oneração financeira e a possíveis atos de corrupção, pois contribui para o que Apple (2006) chama de “consciência saturada”, onde o mundo vivido torna-se o único mundo reconhecido e possível.

Terceira questão (escolhida pela Bolinha Verde) - *Como ocorre a formação dos Conselhos de Escola e Associação de Pais e Mestres e qual a importância destes órgãos para o acompanhamento das questões referentes ao financiamento educacional?*

Ao discutir esta questão, o grupo novamente levanta as dificuldades em conseguir a participação de pais, professores e membros da comunidade nos Conselhos e Associações Escolares.

Na fala da Bolinha Verde, a função apenas de formalidade legal dos Conselhos Escolares fica clara, quando ela afirma:

Coloquei o edital, marquei o dia da Assembleia geral, fiz tudo bonitinho, apareceram duas mães. Eu falei:

_ Preciso de duas mães pra assinar o cheque da APM.

Eu já ficava reconduzindo, uma para a Diretoria Executiva, outra para a Diretoria Financeira, uma para a Diretoria Financeira outra para a Diretoria

Executiva. Cada hora eu passava uma mãe para cima outra para baixo.
(BOLINHA VERDE)

Certamente, quando a Diretora fala em *mães para assinar o cheque da APM*, não está pensando e uma participação efetiva dos *Conselhos* e *Associações Escolares* numa perspectiva crítica e reflexiva. Está sendo considerado aqui apenas o aspecto formal, técnico e burocrático da questão, pois não refaz a convocação.

Mais à frente, a Bolinha Verde completa:

Eu peguei a merendeira que graças a Deus o filho estava lá, catei a merendeira e coloquei como Diretora Executiva, catei um professor que resolveu levar o filho este ano pra lá, catei o professor e coloquei como deliberativo. Estava tranquila. (BOLINHA VERDE)

Fica evidente que não houve uma escolha democrática por parte da Direção da escola e nem mesmo um número grande de voluntários se candidatando aos cargos. Essa formação inadequada contribui para gastos financeiros indevidos, pois não existe um Conselho que fiscalize os gastos públicos da escola, centralizando, na mão do Diretor, a decisão de como, onde e quando gastar a verba pública.

Essa afirmação torna-se mais grave por se tratar da Diretora da escola *Círculo*, onde a precariedade do prédio público é evidente, deixando claro o comprometimento com a qualidade de Educação oferecida a seus alunos, como descrito no diálogo abaixo:

A minha escola é linda! Eu fiz até um relatório, esse relatório aqui eu ia entregar na mão do Secretário ontem, o adjunto, mas eu saí de lá tão decepcionada com ele, tão triste, que eu falei assim, não vou entregar. Então a minha escola é essa daqui minha escola é de Nakamura, ela é telha de alumínio, Madeirit e madeira. O andar superior é todo de madeira e alumínio, tudo que você fala em uma sala a outra escuta. (BOLINHA VERDE)

Nossa...(TODOS)

Eles falaram que ia acabar. (BOLINHA BRANCA)

Não tem ventilação, no calor é muito quente, no frio é congelante, congelante. E o que eles fizeram? Na primeira reforma eles arrancaram toda a parte da frente, de Madeirit e fizeram alvenaria. Se você passar aqui na frente você fala que ela é de latinha? (BOLINHA VERDE)

Pela foto, parece bonita. (BOLINHA VERMELHA)

A frente é de alvenaria e a parte interna é madeira. Então, o barulho... (BOLINHA VERDE)

O que os olhos não vêem o coração não sente. (BOLINHA AZUL)

É, e o barulho é difícil para professor trabalhar. (BOLINHA VERDE)

Esta realidade estrutural apontada pela Bolinha Verde, Diretora da escola *Círculo*, demonstra o mau uso da verba pública e o descaso com os reclamantes, pondo em prejuízo imediato a qualidade educacional dessas vítimas que, por Lei, têm esse direito, mas oferecida de forma precária, provisória e em condição de abandono.

Ironicamente, a mesma Diretora, que faz este relato, afirmou anteriormente ter vontade de devolver algumas verbas públicas. Uma leitura rápida da dificuldade sugere que o problema pode não ser a falta de financiamento público, mas o mau uso desse recurso aliado à ausência de planejamento voltado para os reais problemas da escola.

A próxima questão escolhida pela Bolinha Preta aborda essa problemática com mais detalhes.

Quarta questão (escolhida pela Bolinha Preta) *Mais dinheiro para a Educação Pública melhoraria a qualidade educacional?*

Imediatamente, a própria Bolinha Preta responde:

Eu acho que não, não melhoraria, porque, na verdade, na verdade, entrando na primeira conversa que é aquilo que a Bolinha Vermelha falou, que é como é direcionado, pra que é direcionado, de que forma é direcionado. (BOLINHA PRETA)

Esta fala dá início a alguns desapontamentos com o desperdício de dinheiro voltados a materiais didáticos:

Eu não sei na escola de vocês, mas chegam tantos livros que a gente não tem onde guardar. (BOLINHA VERDE)

A gente não sabe onde enfia. (BOLINHA AZUL)

Apostilas. (BOLINHA AMARELA)

O que é gasto com tanto livro e agora você... Agora a gente faz uma banca, coloca lá pilhas e pilhas e pede por favor pros alunos levarem os livros pra casa. Sobra muitos cadernos, aí você tem que... (BOLINHA VERDE)

Quando você vai limpar a escola em volta você acha um monte também. (BOLINHA AZUL)

Bolinha Verde: É, você não tem onde guardar, porque você não tem espaço físico pra guardar. (BOLINHA VERDE)

Sobra muito. (BOLINHA AZUL)

Sobra muito mesmo. (BOLINHA BRANCA)

Falta de uma série e sobra pra outra. (BOLINHA AZUL)

No ano passado, no final do ano, tinha lá um colégio, uma escola lá em XXXX que era para levar os cadernos, foi uma caminhonete da minha escola. (BOLINHA AMARELA)

E pra onde voltou os que saíram da sua escola você sabe? (BOLINHA BRANCA)

Não. (BOLINHA AMARELA)

Querida, pra escola que tem Educação de Jovens e Adultos. (BOLINHA BRANCA)

Nossa escola recebeu um monte, muito, muito. (BOLINHA AZUL)

Então, agora nós recebemos a sobra das outras escolas. (BOLINHA BRANCA)

Você usou? (MEDIADORA)

Não, não usei, porque primeiro a quantidade acima do que seria, veio assim mesmo, veio dessa forma mesmo, veio os pacotes. (BOLINHA BRANCA)

Foi tudo assim, sem...(BOLINHA AMARELA)

Tudo que é sobra foi pra lá. (BOLINHA AZUL)

E os alunos da Educação de Jovens e Adultos:

_Que que é isso aqui professor?

_É o caderno...

Até você explicar que é o caderno que vocês estão recebendo.

Sabe, chega e joga. Pega e joga. (BOLINHA VERMELHA)

O mau uso do dinheiro público fica evidente, não se considera o prejuízo educacional. O material didático citado, instrumento fundamental na política curricular, passa a ser visto pelos gestores educacionais e alunos, como uma sobra numérica indesejada, sem função e sentido, objeto de descarte que visa na sobra os alunos do Ensino de Jovens e Adultos.

O desperdício financeiro continua aparecendo nas falas dos participantes do grupo, agora se referindo a construções e reformas escolares que são realizadas nas escolas sem uma investigação prévia:

O Diretor de escola tem a visão daquilo que a escola dele necessita, não adianta vir uma verba para caixa-d'água na minha escola se a minha escola não precisa de caixa-d'água, de repente minha escola precisa de uma sala de leitura, de repente minha escola precisa que a quadra seja coberta e não da caixa-d'água e muitas vezes vem o dinheiro pra aquilo. (BOLINHA PRETA)

O mau uso da verba pública aqui é representado pela falta de comunicação direta e planejamento do Estado, seguido de desrespeito à autonomia da escola. Não se põem a ouvir a comunidade escolar.

A próxima questão escolhida denuncia com mais detalhes esse tipo de oneração financeira presente nas reformas e construções escolares.

Quinta questão (escolhida pela Bolinha Azul) - *Qual a relação entre o quanto se gasta em reformas e construções escolares e como se gasta essa verba recebida?*

Esta questão desencadeou um diálogo revelador de como esses fatores oneradores do financiamento público, presentes no dia a dia da escola, deixam-nos de mãos atadas e fá-los seguir, às vezes, por vias obscuras para se conseguir uma melhoria:

Quando você precisa de uma reforma de valor muito alto, você faz o projeto, manda. Você faz e manda, manda, volta, você não sabe mais o que fazer, então é assim, é a liberdade que a escola necessita mesmo, de fazer e vir uma quantia, porque nunca vai vir o suficiente pra você construir, nunca vai vir e quando você faz o projeto e manda e é aceito, a empresa que ganha faz uma “beleza” o serviço, você acha “maravilhoso” o serviço que eles fazem. Péssimo, péssimo, produtos de pouca qualidade. (BOLINHA AZUL)

Até visualmente fica muito mal feito. (BOLINHA VERDE)

Eles viram as costas e você vai em um banheiro que eles reformaram já está com entupimento, eles deixaram no meio da construção. (BOLINHA AZUL)

É um descaso. (BOLINHA AMARELA)

Então, você não tem a liberdade de escolher a empresa, porque se você tivesse a liberdade, você ia escolher uma empresa boa, claro que você ia ter que optar pelo valor, mas você ia pegar empresas boas e dentro delas aquela que te oferecesse o maior valor, mas você não tem essa liberdade. (BOLINHA AZUL)

Nem vocês ficando em cima deles? (MEDIADORA)

Não, eles falam que é padrão, eles colocaram um piso horrível no banheiro, o piso não limpa nem a paulada, é um antiderrapante cinza, horrível, e aí eu falei:

_Não quero esse piso, vai devolver esse piso.

_ Não, só tem esse e esse, é padrão.

_Eu não quero essa pia, não quero essa pia. (BOLINHA VERDE)

Colocaram aquelas torneiras antifurto, não passou nem um mês e as torneiras já não estavam funcionando. É padrão, tudo é padrão, tudo que você quer fazer é padrão, aí sabe o que que ele falou pra mim?

Depois se a senhora quiser a senhora manda o pedreiro picotar e escolhe o piso que a senhora quiser e manda colocar. (BOLINHA VERDE)

E com que dinheiro você vai fazer? (BOLINHA AZUL)

É, a gente tem que dar um jeitinho, pegar o dinheiro da manutenção e...(BOLINHA VERDE)

Mas daí você...(BOLINHA PRETA)

Mas aí é um desvio de verba. (MEDIADORA)

É, é...(BOLINHA VERDE)

Percebe-se que quando o gestor constata o descaso das empresas contratadas pelo Governo para executar as reformas escolares combinado à frustração por não ter autonomia em

contratar uma empresa de sua escolha, acaba sendo *levado* a burlar o sistema de repasse de verba pública para um determinado fim, desviando-o para outra ação considerada mais importante pelo Diretor da escola.

Esse desvio de verba corre o risco de se tornar uma prática comum dentro da escola, quando realizado por um gestor solitário, que não tem quem o fiscalize como os Conselhos ou Associações Escolares e ainda sem experiência para trabalhar com a questão financeira. A consequência é o descontrole orçamentário que abre caminho para desvios de verbas que em alguns momentos podem não estar pautados apenas no ‘amadorismo’ da ação, mas em intenções corruptas e prejudiciais à qualidade educacional.

Essa questão das reformas e construções escolares se revela como um ralo do dinheiro público no diálogo a seguir:

Uma vez eu vi os rapazes pintando e tive a curiosidade de perguntar o quanto custava cada lata de tinta daquela. A lata tinha um valor de três, quatro vezes mais que uma lata. (BOLINHA PRETA)

É, vocês já tiveram a curiosidade de ver, é um absurdo, é o triplo do preço. (BOLINHA VERDE)

O metro. Nossa, nesse quadrado aqui eu pintaria a minha casa inteira, nesse espaço eu pintaria a minha casa inteira, pelo valor das latas de tinta.

É um alto valor e a qualidade péssima. Aí é quando o Diretor é... (BOLINHA PRETA)

Essa situação de oneração financeira e corrupção constatada pelos gestores escolares acabam atribuindo à Educação Pública descrédito institucional, prejudicial para as ações financeiras de responsabilidade desses gestores, pois um sentimento de *tudo pode*, toma conta dessas ações voltadas à Educação Pública.

A seguir os participantes do grupo começam a falar das dificuldades encontradas nas compras de materiais diversos feitos via internet:

É que você sabe quanto custa na internet (sites institucionais) e quanto custa fora. Fala pra mim quanto paga em uma bola e quando você vai atrás e compra e quanto é no site oficial. (BOLINHA BRANCA)

No site é as vezes duas vezes mais o valor da que eu compro de qualidade. (BOLINHA AZUL)

Os professores de Matemática pediram, viram que nós estávamos sem compasso, esquadro, tudo bonitinho e comprou, e quando veio... (BOLINHA PRETA)

Comprou onde, no site oficial? (BOLINHA BRANCA)

É, veio! (BOLINHA PRETA)

Só que é de péssima qualidade. (BOLINHA AZUL)

Então veio e a Diretora falou pra mim assim:

_XXXXXX, qual de nós dois vai mostrar a qualidade desse produto lá, vão nos matar?

Porque é assim, foi um pedido por escrito para os professores e foi comprado, quando chegou que eu fui conferir, que eu olhei, eu nem sendo professor de Matemática eu falei, o que é isso? E aí eu deixei para a Diretora e ela disse que eles “vão matar. Porque a Diretora também é professora de Matemática e viu o material. Mas foi o que chegou e quando nós repassamos pra eles, eles não falaram nada, mas você percebe que aquele material, aquele esquadro, aquele compasso que é para o professor usar... (BOLINHA PRETA)

A professora de Física pediu pra mim uma bússola, daí eu disse, nossa, não tem da onde eu tirar, daí eu fui no site oficial, se não me engano foi quase

trezentos. Chegou, eu disse: _XXXXX, olha só onde tem, é uma caixinha desse tamanho. Eu entreguei na mão da professora e falei:

_Você usa e traz pra gente guardar na Direção porque foi quase trezentos.

Ela disse:

_Nossa eu achei por dez e achei caro. (BOLINHA AZUL)

Nossa Senhora! (BOLINHA AMARELA)

Daria pra comprar pra sala inteira, escola toda. (BOLINHA AZUL)

Quando você está entregando este material para o professor de Matemática, que é prioridade, o professor fala:

_Mas eu pedi um material bom...

Ele leva aquilo para sala e ele fala para o aluno:

_Olha o compasso que ele me deu.

E não é a escola, não somos nós. Óbvio que se você vai comprar para o professor, você vai comprar uma coisa de qualidade, você não vai comprar aquilo que chegou. É realmente uma péssima qualidade, uma péssima qualidade, mas o professor pediu e foi comprado. E é um material que ele vai utilizar dentro da sala de aula para o aprendizado do aluno. (BOLINHA PRETA)

Ficou claro nessas falas o prejuízo qualitativo ao se saber que o material comprado é de péssima qualidade para trabalhar com os alunos. A ação corrupta presente no superfaturamento dos produtos é levada à ciência do aluno, que se sente desrespeitado.

Mas não é só no material comprado pela escola em sites institucionais em que a má qualidade está presente; em alguns materiais disponibilizados pelos próprios órgãos públicos esta condição também é encontrada:

Tem uma coisinha que eu lembrei agora, que eu achei bacana no aluno, ele recebeu aquele KIT Escolar no começo do ano, eu entrei numa sala e o aluno estava reclamando do material, eu fiz um comentário, que pelo menos vocês estão ganhando alguma coisa. Olha que lindo, o aluno, ele mesmo questionou:

_ mas não era pra vim ruim.

Eu falei:

_ olha que bacana, é mesmo, porque não é pra dar coisa boa?

Então o próprio aluno já está questionando isso. (BOLINHA AMARELA)

O valor gasto não é de acordo com a qualidade, por isso que dá pra questionar se é necessário mais verba pra Educação. Às vezes, a verba é suficiente, mas ela tem que ser melhor gasta. (BOLINHA PRETA)

O grupo concorda que o problema não está em aplicar mais dinheiro na Educação Pública, mas saber investigar como ele é gasto. Nesse consenso, a oneração financeira é reconhecida por todos e vinculada ao descrédito institucional, como demonstrado no diálogo a seguir:

É muito caro. É roubo, roubo, roubo mesmo. (BOLINHA VERDE)

Você sabia disso? Está surpreso? (BOLINHA AMARELA)

Não, não, isso só reforça tudo aquilo que a gente já sabe, já conhece, isso aí só reforça. É Educação, política de Governo, aqui não é política de Estado e é coisa muito amadora. E amadora por quê? Por ingenuidade? Não, a coisa é deliberada mesmo, um ganha aqui, outro ganha ali, é dez por cento pra um, vinte por cento pra outro, quinze pro outro. (BOLINHA VERMELHA)

E quando chega lá no final... (BOLINHA ZUL)

Isso está escancarado. Não tem uma política de valorização do professor e por isso ele não veste a camisa e nós encontramos todos esses problemas e essas barreiras. O que que eu vou ganhar com isso? É só dor de cabeça e desgaste, quem vai me valorizar? Muda de Governo, muuuda de novo, não é política de

Estado é de Governo. A minha questão aqui fala na descentralização como sucesso. Primeiro tem que ser uma política de Estado e descentralizar, você tem que ter as Comissões na escola, o Conselho Municipal, o Conselho Estadual funcionando, gerindo junto. Tem como? Tem, pode ser que não seja da noite para o dia que a gente vá conseguir esta participação maciça. Se bem que hoje o pessoal está se mobilizando rapidinho. Quem sabe é um despertar para a coisa pública. Educação é importante? Claro que é, e cobrar de quem é de fato, de direito e mudar essa situação. (BOLINHA VERMELHA)

A situação financeira educacional parece, na fala dos participantes do grupo, só ter bons resultados se realmente contar com a participação da comunidade na fiscalização dos gastos públicos, com uma política de Estado descentralizada, entendida aqui, segundo Fernandes (2004) como reflexo dos interesses permanentes e consolidados do Estado. Contrária a atual, centralizada em uma política de Governo onde o que conta são as prioridades deste Governo.

O descrédito na política de Governo juntamente com a oneração financeira educacional continua a aparecer nas falas do grupo:

Agora vem de cima pra baixo, você tem que comprar lá, o dinheiro é esse, entendeu? É aquela coisa, quinhentos mil reais de reforma. (BOLINHA VERMELHA)

Eles falam meio milhão. (BOLINHA BRANCA)

E eles pensam que isso vem na nossa mão. (BOLINHA AZUL)

Então, o aluno pergunta:

_Onde foi meio milhão aqui?

Eu falei:

_Tem meio milhão aí, nesse piso aí, nesse piso aí e as lousas continuaram as mesmas, agora que nós conseguimos. Meio milhão nesse piso aí, os caras dão risada. (BOLINHA VERMELHA)

Nossa, é assim mesmo. (BOLINHA VERDE)

Você vê como ele tem consciência, ele tem consciência. (BOLINHA PRETA)

O professor não acredita, o aluno não acredita, quem sabe essa retomada aí. Turma, nós precisamos fazer alguma coisa. (BOLINHA VERMELHA)

Novamente o aluno questiona o gasto público educacional e tem a confirmação de suas suspeitas sobre a existência de situações de corrupção com superfaturamento de obras e desvio de verba pública, em que é ele, o aluno, a maior vítima, sofrendo diretamente com as ações financeiras oneradoras governamentais, que além de não contribuir para uma aprendizagem de qualidade, reforçam o descrédito na Educação Pública.

Continuando o diálogo entre os participantes, há um comentário sobre uma determinada premiação pública não realizada:

Houve uma avaliação externa que eles não deram notebooks prometidos até hoje pra quem foi sorteado e eles lembram viu! (BOLINHA AMARELA)

Os meninos cobram. (BOLINHA VERMELHA)

Prometeu tem que cumprir. (BOLINHA AZUL)

Eu acho, até acredito que lá no XXXXX, baixou o nível por conta disso, foi uma desilusão. (BOLINHA VERMELHA)

Nós falamos, nós falamos, estava escrito, a gente mostrou, pega mal pra gente. (BOLINHA AMARELA)

A falta de cumprimento da promessa pública e o desrespeito ao aluno estão presentes nas falas. Não foi possível os alunos saberem se os computadores prometidos foram ou não comprados, pois não foi encontrado durante os anos de 2011 e 2012 nenhum registro oficial

sobre o fato, o que torna esta ação financeira nebulosa se considerado o princípio de Transparência⁵ dos gastos públicos.

Em seguida, em meio a comentários de indignação, a Bolinha Branca introduz na discussão sua questão, a última escolhida pelo grupo:

Deixa eu falar se *há corrupção na educação*? Ahahaha...depois de tudo isso?
(BOLINHA BRANCA)
Repete a questão. (MEDIADORA)
Há corrupção na educação? (BOLINHA BRANCA)
Rsrsrsrsrsr... (BOLINHA AZUL)

A palavra corrupção aqui é usada como uma verdade posta, de forma a confirmar, dentro de uma intenção oculta do grupo.

Após essa questão ser levantada, o grupo comentou alguns expedientes oneradores do financiamento público educacional:

O que eu entendo da Educação, aqui comigo, é trabalhando com o aluno no pedagógico e no pedagógico eu não percebo isso, ou então a gente tenta não deixar acontecer, mas no financiamento da Educação tem. Tem pelo preço que a gente paga em compras determinadas por órgão centrais, tem pelo meio milhão de reais na reforma, pela qualidade dos produtos. (BOLINHA BRANCA)

Por exemplo, tinha uma escada lá enferrujando, não tinha mais condições dos alunos subirem e descerem por ali e eles vieram com outra escada de ferro, eu falei que não quero escada de ferro, eu quero escada de alvenaria. Ai o engenheiro falou assim pra mim:

_Então, nós vamos fazer escada de alvenaria, só que nós vamos colocar por escrito que nós deixamos de fazer esse, esse, e esse serviço porque a senhora pediu a escada de alvenaria.

Eu falei:

_Então eu vou fazer por escrito.

Tanto que quando começou a dar problema na rede elétrica, eles jogaram nas minhas costas, porque eles não refizeram os quadros, do jeito que deveria ser feito porque eu quis, eu quis, a escada e eu quis o assoalho. Eles queriam fazer o borrachão e ele vai soltando as placas, eles só estavam repondo, daí eu falei que não ia deixar repor o borrachão, precisa pôr assoalho, as crianças estão ficando doentes com esse borrachão. Eles colocaram o assoalho e a escada de alvenaria, só que com o assoalho e a escada de alvenaria não deu pra refazer os quadros de energia e aí começou a dar pau na energia. Agora nem sei como vai ficar, vai ter um processo aí. (BOLINHA VERDE)

Tem risco de incêndio? (MEDIADORA)

Tem, tem sim, o prédio é super, como disse o bombeiro, super inflamável e agora com o assoalho ele falou que piorou, ele falou assim que antes você tivesse deixado o borrachão, porque agora com o assoalho o prédio fica mais vulnerável a incêndio. (BOLINHA VERDE)

Neste diálogo fica evidente a presença de acordos caseiros entre a Direção da escola e a empresa responsável pela reforma, com mudança de itens pré-determinados pelos órgãos centrais do Governo, que no caso desta escola, pareciam aos olhos da Direção escolar, serem mais adequados.

⁵Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101.

A prática de *acordos* firmados entre a Direção da escola e empresas de construção dá brechas a ações possíveis de corrupção e oneração financeira, dada pela ausência de fiscalização da comunidade escolar e, em algumas ocasiões, do próprio Governo, que deve zelar por seu papel legal de acompanhar as obras, por ele, autorizadas inicialmente.

No caso da escola da Bolinha Verde, o prejuízo é ainda maior, visto que ao mudar o projeto de reforma inicial substituindo o piso de borracha por um de madeira, tornou o ambiente altamente inflamável, pois sua escola não é de alvenaria. Como não houve reforma da rede elétrica devido ao alto custo financeiro, o acordo de troca realizado entre a Direção da escola e a empresa responsável pela reforma só trouxe mais prejuízo. E a pergunta fica: Quem melhor sabe sobre as reformas prioritárias do prédio escolar? O alto custo da obra a ser feita vai tornar o gestor ou o Estado vítima dessa situação? Se o Diretor trabalha para o Estado por que ele não é ouvido se foi classificado para responder pelo Estado?

Nesse caso, o Poder Público Central expõe os alunos desta escola a riscos de saúde e prejuízos qualitativos educacionais. Com o piso de borracha, segundo relato da Direção da escola, os alunos estavam ficando doentes e com o piso de madeira há risco de incêndio. Com a escada de ferro os alunos podiam se ferir com os pontos de ferrugem e com a escada de alvenaria não pôde ser refeito o quadro de energia. E mais uma vez fica a pergunta: Essa Diretora deve sofrer penalidade pelo Governo?

A situação piora quando a Diretora relata a construção de uma escada externa:

Olha essa foto, a gente usa muito este espaço pra tirar foto, pra onde vai esta escada? Linda, pra onde que vai? (BOLINHA VERDE)

Essa escada, eu acho que sai de lugar algum pra lugar nenhum. (BOLINHA VERMELHA)

Pro estacionamento? (BOLINHA AZUL)

Então, mas eu precisava dessa escada linda? Eu posso ter estacionamento dentro da escola? Eles começaram a fazer esta escada e colocando a escada de ferro do outro lado, então eu falei:

_Mas se tem verba pra fazer esta escada, então eu quero a outra escada, deixa esta escada pra lá e deixa a outra.

Terminaram essa, deixaram essa bem bonita e não queriam fazer a outra e começou a chegar os ferros pra fazer a outra. (BOLINHA VERDE)

Mas pra onde vai esta escada? (MEDIADORA)

Futuramente, um dia, quem sabe, lá vai ter um prédio novo. (BOLINHA VERDE)

Quantas vezes você pediu uma escola nova? (MEDIADORA)

Eu já fiz, dez anos que eu estou lá, eu já fiz dez abaixo-assinados com os pais. (BOLINHA VERDE)

Então a comunidade pediu dez vezes uma escola nova. (MEDIADORA)

Sim, sim, mas não sai. (BOLINHA VERDE)

Novamente, a falta de planejamento público que considere as prioridades. Situação que além de onerar o financiamento público, retira dos alunos o direito a um ambiente propício à aprendizagem. Foram dez abaixo-assinados não atendidos pelo Governo Central por dez anos.

Diante do relato da Bolinha Verde, a Bolinha Preta conclui:

Agora, você imagina o quanto não vem de energia numa escola dessa e quanto não se.... e aí vem a cobrança lá de cima, a Diretoria liga pra você.... Não tem que fazer um plano pra diminuir o gasto de energia? Mas como que ela vai fazer se a parte de fiação da escola dela é péssima. Vai dobrar, vai triplicar. E se você for perceber, eu percebi na minha escola já, de ano pra ano, essa parte de energia elétrica já começou a pipocar. Eu percebo pelas lâmpadas da minha casa, o tanto de tempo que leva pra se queimar. Tudo bem que a escola

funciona nos três períodos, mas o tanto de tempo que queimam essas lâmpadas fluorescentes dentro da escola é muito rápido, e ao mesmo tempo a queda de energia. Então você vê assim, as escolas foram construídas, foram fazendo as pequenas ampliações.... (BOLINHA PRETA)

Ampliação não, só reforma. (BOLINHA VERDE)

Na verdade, não foi feito o primordial. Dentro de uma casa duas coisas são primordiais, a parte elétrica e a de encanamento, essas duas coisas são primordiais, então se você depois vai fazer um puxadinho ou não, essas duas coisas são essenciais entendeu. Aí você pega o tipo de fiação que colocou lá e dezesseis computadores dentro do Acesso...(BOLINHA PRETA)

Sobrecarrega. (BOLINHA VERMELHA)

Motivado por esta afirmação clara de oneração financeira, a Bolinha Vermelha conta uma experiência clara de descaso com a Escola Pública:

A reforma, eu ando lá em XXXXX e a gente fica sabendo, tomo cerveja com os caras, é pedreiro, é eletricista e, às vezes, o papo é esse:

_Tá trabalhando, onde?

_Lá na escola, lá em XXXXX, estou lá fazendo a reforma lá, eletricista.

_Mas e aí, o que que é?

_Não, estou lá, trocando lá.

_E aí você recebe?

_Não, demora um pouco pra receber mas eu recebo, em compensação também, vai lá faz, faz... (BOLINHA VERMELHA)

De qualquer jeito. (BOLINHA AMARELA)

É, é, ele passou o seguinte:

_ Sem fiscalização, sem compromisso. Demora um pouco pra receber? Demora, mas vai receber.

Se ele usa dez rolos de fita isolante, ele vai colocar lá quinze, vinte.

_Mas como é que você consegue?

_É por que eu tenho CNPJ, eu só consigo porque eu tenho CNPJ.

Vive de reformas em escolas. Ele coloca lá um menino aprendiz e ele vai pro serviço dele, trabalha no condomínio. (BOLINHA VERMELHA)

E lá ele trabalha diferente? (MEDIADORA)

Sim, sim, ahahah... Agora, na escola, na escola pública, estadual, ele... (BOLINHA VERMELHA)

Isso que é triste, esse descaso. (BOLINHA AMARELA)

Mas aí eu perguntei:

_ Mas e aí, e a Diretora?

_Eu não vejo a Diretora lá, eu não vejo a Diretora.

_Mas e aí, e o engenheiro, depois não vai ver?

_Não, quem vai é o... e falou o nome do cara lá. (BOLINHA VERMELHA)

A corrupção, oneração financeira contra a Escola Pública torna o espaço uma *terra de ninguém*, local para se ganhar dinheiro fácil. Há pouca fiscalização por parte do Poder Público e quase nenhuma da Comunidade Escolar. Para alguns gestores, professores devem estar na sala de aula, por isso essa atitude passiva; são apenas receptores do que lhes é oferecido. A educação aqui é vista nitidamente como um serviço, entendido aqui, segundo Chizzotti (2012), como “bens e serviços mercantis”, muito distante da discussão de existência ou não de possíveis sujeitos envolvidos no processo.

Diante do sentimento de agonia e indignação que toma conta do grupo a Bolinha Branca desabafa:

É, eu penso assim, que o órgão do Governo responsável pela fiscalização das obras, que é quem gerencia esse dinheiro, ele é um ralo, um ralo, um esgoto

pra onde vai muito do dinheiro que deveria ser usado, jogado fora, deveria ser bem melhor administrado. Porque os valores que eles passam pra nós... A gente com ele na mão fazia de outra forma. (BOLINHA BRANCA)

No reconhecimento do mau uso do dinheiro público, a Diretora sinaliza que a descentralização financeira poderia melhorar esta situação. Porém, como já ficou claro em outros momentos do diálogo desenvolvido no grupo, sem uma fiscalização direta dos sujeitos presentes nos Conselhos e Associações Escolares esta verba descentralizada correria o risco de ser desviada ou usada amadoramente pela gestão escolar, o que acarretaria novamente em prejuízo a qualidade educacional.

A seguir, a presença de mais expedientes oneradores do financiamento público educacional é relatada pelos gestores:

Agora eu vou contar mais uma. Como a gente tem o seu *Antonio* que faz os serviços, quando ele está muito cheio de serviço, eu arranjo funcionário pra ele. (BOLINHA AMARELA)

A gente só tem o seu *Antonio*, nós não temos outro. (BOLINHA BRANCA)

Ele pega a obra e coloca os funcionários lá, ele empreita a obra e coloca os meninos. (BOLINHA VERDE)

“Eu peguei um eletricitista, ele passou três dias na minha escola, arrumando todos os fios, caixinha, sabe essas coisas feias? Trocando lâmpada, sabe quanto que ele cobrou? Cem reais. Então quem vai pagar? O seu *Antonio* que contratou ele, eu arranjei pro seu *Antonio*, porque o seu *Antonio* não tem tempo também. (BOLINHA AMARELA)

A escola contratou o seu *Antonio*? (MEDIADORA)

Não, a minha escola não, eu arrumei pro seu *Antonio*. (BOLINHA AMARELA)

É assim, a escola contrata uma empresa pra fazer, o seu *Antonio* é uma empresa. (BOLINHA BRANCA)

É, o seu *Antonio* é uma empresa. (BOLINHA AMARELA)

É, o seu *Antonio* é uma empresa. Por que que a escola tem que contratar o seu *Antonio* e não o seu *José*, o pedreiro o eletricitista que a gente conhece? CNPJ, nota fiscal eletrônica. (BOLINHA BRANCA)

Seu *Antonio* tem tudo isso? (MEDIADORA)

Tem e ele pega em todas. Eu falo, olha seu *Antonio*, tem um eletricitista bom e seu *Antonio* contrata o eletricitista. (BOLINHA AMARELA)

Tem ou não tem corrupção? (BOLINHA BRANCA)

E como que você descobriu o seu *Antonio*? (MEDIADORA)

Porque ele faz pras escolas públicas, conversando com as outras escolas. (BOLINHA AMARELA)

Mas ele não vai te fazer por duzentos na nota fiscal? (BOLINHA VERDE)

Não, faz um pouquinho a mais, não vai ser tanto. (BOLINHA AMARELA)

Mas ai vai cair na legislação, todo trabalhador tem direito a INSS. (BOLINHA BRANCA)

Então, daí é ele que cuida. (BOLINHA AMARELA)

Exatamente, que é o que gasta mais. (BOLINHA BRANCA)

Mas se ele aumentar mais cem eu já levo, eu já estou no lucro. (BOLINHA AMARELA)

Você percebe que cada Diretor dá um jeito! (BOLINHA PRETA)

A gente tem que conseguir... (BOLINHA AMARELA)

A gente tem que dar um jeito. Isso é verdade. (BOLINHA VERDE)

Fatores já comentados pelo grupo como o curto tempo para gastar a verba pública, ausência de conhecimento técnico do gestor escolar sobre as questões relacionadas a

manutenção/reforma escolar e a ausência de fiscalização da comunidade, dão brechas à contratação de profissionais que oferecem mais praticidade na rotina da escola, sem a preocupação com qualidade dos serviços, menor preço ou pesquisa de orçamentos diversos.

Quanto à pesquisa de orçamentos, ao contratar um profissional para realizar um serviço na escola, legalmente, a gestão escolar deve apresentar na prestação de contas três orçamentos, atividade que leva tempo, propiciando uma *prática* ilegal pelo próprio profissional que já está acostumado com a rotina administrativa escolar.

Ao contratar esse profissional, a escola contrata além do serviço destacado na prestação de contas, um serviço oculto, de arranjo orçamentário, pelo qual paga caro, superfaturando a obra em destaque e financiando uma prática corrupta e desrespeitosa ao aluno, maior prejudicado nesta ação.

Nessa troca de favores, a Direção da escola já está refém desse profissional, como relatado na fala a seguir:

A gente só tem duas pessoas que prestam serviço pras escolas em XXXXXX e XXXXXX, que é seu *Dito* e seu *Antonio* e eu ainda estou com o seu *Dito* e estou tentando mudar para o seu *Antonio*, mas ele é mais enrolado que seu *Dito*. Por exemplo, a minha escola tem cinco mil metros quadrados, eu preciso cortar o mato, cortar a grama da minha escola, a cada dois meses eu preciso cortar o mato, porque dá manifestação de cobra aranha e rato. São cinco mil metros, cada vez que ele vai cortar a grama da minha escola ele paga cinquenta reais por dia do hominho, são três dias e ele cobra oitocentos reais. Então eu vou fazendo fiado, vou fazendo fiado, oitocentos, oitocentos, oitocentos, oitocentos, quando cai os meus três mil e seiscentos de manutenção, pronto, e eu preciso comprar lâmpada, reator, mas eu acabo ficando refém do seu *Dito*, porque eu estou devendo a ele já, só que eu preciso cortar o mato, eu não posso deixar o mato crescer. (BOLINHA VERDE)

O superfaturamento do serviço realizado por esse profissional em destaque é de riscos, mas estando aliado à Diretora que reconhece o fato, mas não tem coragem para uma atitude corretiva, deixa-o livre para dar seu preço.

Conclusão

Após o estudo das falas dos participantes do grupo focal, fica claro em uma primeira análise, que há vários expedientes oneradores do financiamento público educacional, fruto de uma gestão financeira amadora, solitária e mergulhada em ações burocráticas, onde não há espaço para a presença de sujeitos no processo.

Em uma segunda análise, mais atenta às questões relacionadas à política pública de financiamento educacional, percebe-se que essa situação oneradora é fruto de uma política mal estudada pelo Governo. Em um discurso generoso, apoiado em uma tímida⁶ descentralização financeira mal planejada, expõe os gestores escolares solitários e despreparados a situações que facilitam o desvio de verba pública seguido de prejuízo qualitativo educacional.

Considerando as discussões desenvolvidas no grupo focal, percebe-se que não há nas falas dos gestores um entendimento das questões financeiras enquanto resultado dessa política. O financiamento público é visto dentro de uma lógica que coloca a “educação como um bem

⁶O Art. 24, incisos I, II, IV, X e XII, da Lei 8.666,93, organiza o processo de licitação no âmbito da União, Estados e Municípios, prevendo dispensa de licitação por estes entes federados quando a compra ou contratação de serviços for igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Logo, o governo do Estado repassa para as escolas verbas públicas apenas dentro deste limite financeiro.

econômico que deve responder, da mesma maneira que uma mercadoria, à lei da oferta e da demanda”. (BIANCHETTI, 1999, p. 95)

O gestor não reflete criticamente sobre o porquê de sua gestão solitária, os motivos que o fazem gastar mal a verba pública e qual o seu papel enquanto sujeito dessas ações. Por conta do curto espaço de tempo para gastar as verbas que chegam às escolas durante o ano, o gestor assume o papel de executivo público e apenas cumpre ordens determinadas por um poder dominante, distante de sua realidade, dando conta exclusivamente da função de executor de um *serviço* educacional.

É preciso ser criterioso. Eu própria, pesquisadora deste assunto, corro o risco, diante das falas dos gestores, de concluir precipitadamente que problemas como os de desvio de verba pública e oneração financeira, ocorrem apenas na dimensão escolar, depositando nos gestores a maior culpa no quesito oneração financeira.

Por fim, corre-se o risco de se endossar um possível discurso oficial, pautado no controle centralizado das verbas públicas educacionais, deixando claro seu interesse econômico com a possível declaração de que os gestores *não sabem o que fazem*.

Pensando nessas possibilidades, registro aqui duas premissas, que devem ladear o tema Financiamento da Educação Pública:

- Financiamento Público para quem?
- Quem são os financiados?

O Primeiro; por não se ter claro a quem objetivou tantos recursos.

O segundo; por considerar um universo de financiados obscuros. Tantos sujeitos se fizeram presentes, mas distantes do sujeito aluno.

E para concluir declaro minhas frustrações, não pela minha função que tanto amo, respeito e considero, pois, será sempre pela Educação tão sonhada que chegaremos aonde nossos pés nos conduzirem; mas pelo descaso, ações ocultas que não nos permitem uma aproximação clara com a política de governo. Ser educador é ser humano, enfrentar essa dura realidade da Educação sem se deixar dominar pelas dificuldades, é providencial.

Bibliografia

AMARRIBO, A.A.R.B. *O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil*. Ribeirão Bonito, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZANHA, J.M.P. *Planos e políticas de educação no Brasil: Alguns pontos para reflexão*. In: *Estrutura e funcionamento da educação básica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BIANCHETTI, R.G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

CHIZZOTTI, A. *Currículo por competências: ascensão de um novo paradigma curricular*. In: *Revista Educação e Filosofia Uberlândia*, v. 26, n. 52, p. 429-448, jul/dez. 2012.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EDNIR M. e BASSI M., E. *Bicho de sete cabeças: Para entender o financiamento da educação brasileira*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

FERNANDES, L. *Fundamentos y desafíos de la política exterior del gobierno Lula*. In: *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Barcelona – Espanha, nº 65 p. 87-94, 2004 – disponível em www.cidob.org/ca/content/.../65fernandes.pdf.

SILVA, J.M. *Como fazer trabalho comunitário?* São Paulo: Paulus, 2003.